

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

LUCAS FONSECA GUIMARÃES

Periferias Urbanas: Um olhar a partir do distrito do Jardim Ângela, São Paulo.

São Paulo
2025

LUCAS FONSECA GUIMARÃES

Periferias Urbanas: Um olhar a partir do distrito do Jardim Ângela, São Paulo.

Trabalho de Graduação Individual apresentado
ao Departamento de Geografia da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para a
obtenção do título de Bacharel e Licenciado
em Geografia.

Orientação: Profª. Dra. Simone Scifoni

São Paulo

2025

As minhas inquietações relacionadas à periferia estão estritamente relacionadas com as vivências das minhas e daquelas pessoas que passaram, direta ou indiretamente, pela minha vida, principalmente com a minha família.

Deste modo, dedico este trabalho àqueles que tiveram sua origem em Boa Vista do Tupim - Bahia, passaram pelo centro da cidade de São Paulo e que hoje – depois de tantos obstáculos e lutas – têm o coração afixado no distrito Campo Limpo.

Também dedico para aqueles que partiram do Semiárido Paraibano, enfrentaram o ABC Paulista com fraternidade, construíram a vida e cuidaram dos seus às margens da represa Billings, no Jardim Progresso. Por fim, dedico para todos aqueles que têm uma trajetória parecida com a minha e a dos meus.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha orientadora, Profa. Simone Scifoni pelo acompanhamento, compreensão e sensibilidade durante a elaboração deste trabalho e, além disso, por ter apresentado a Geografia Urbana de uma forma instigante durante um período cheio de incertezas para nós, estudantes da graduação, no primeiro ano de Ensino Remoto Emergencial devido à COVID -19. Também agradeço por ter nos permitido a realização do trabalho de campo no centro da cidade.

À Profa. Valéria de Marcos pelo apoio prestado, pelos ensinamentos e por ter “aberto os meus olhos” para buscar caminhos mais desafiadores na graduação.

À Jéssica Bueno, minha psicoterapeuta, que tem me ajudado a encarar a vida em momentos difíceis, por me incentivar a dar novos passos, a não ter desistido do curso que tanto amo e por me motivar a aproveitar e valorizar cada momento da minha existência (e isso tem sido transformador)!

Aos seres não humanos que fizeram e fazem meus dias mais leves e engraçados, Tonho (*in memoriam*) e Bartolomeu.

Aos colegas da EMEF. DEP. Cyro Albuquerque, especialmente Flavinha, Vivi e Paulo por terem me tranquilizado na minha primeira experiência profissional e por serem compreensíveis quanto às minhas prioridades acadêmicas.

Um agradecimento especial aos colegas da Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA) da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), lugar em que fui muito bem acolhido e valorizado por pessoas imensamente queridas, éticas, preocupadas com o meu aprendizado e contribuição enquanto estagiário e que pude exercer atividades que eu antes julgava que não ser capaz (e que me fizeram me sentir um geógrafo mais completo). Apesar da passagem curta, foi um prazer conhecê-los.

Quero agradecer as pessoas que fizeram da “dialética” trajetória universitária mais leve: à Milena, pelas trocas, pelos trabalhos que fizemos juntos, pelas conversas na temida Linha 9 - Esmeralda e à Bia, minha “amiga de infância que conheci na faculdade”, agradeço ao universo por tê-la colocado em minha vida, pelas crises de riso que tivemos juntos, pela parceria, acolhimento e pelas situações que só acontecem quando estamos juntos!

GUIMARÃES, L. F. **Periferias Urbanas: Um olhar a partir do distrito do Jardim Ângela, São Paulo**. 2025. Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

RESUMO

O presente trabalho aborda questões relacionadas ao surgimento das periferias urbanas na cidade de São Paulo, precisamente o distrito do Jardim Ângela, localizado na Zona Sul. Através de um estudo histórico-genético, as configurações e situações atuais são relacionadas com a sua origem dentro do processo de urbanização, tendo como objetivo analisar o surgimento deste lugar ocupado na cidade, cujo urbano fora negado, mas que urbanizou-se conforme os desdobramentos do tempo e espaço e que, hoje, abarca grande parte da população trabalhadora paulistana. Para isso, procurou-se realizar uma análise histórica, levantar dados da atualidade e compreender os ritmos e cotidianos através da associação dos fundamentos teóricos e da prática de campo.

Palavras-chave: Periferias; Urbanização; Ritmanálise; Cidade

GUIMARÃES, L. F. **Urban Peripheries: A perspective at the Jardim Ângela district, São Paulo.** 2025. Individual Graduation Work – Departament of Geography – Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences of the University of São Paulo, São Paulo, 2025.

ABSTRACT

The current work addresses issues related to the emergence of urban peripheries in the city of São Paulo, specifically the Jardim Ângela district, located in the South Zone. Through a historical-genetic study, the current configurations and situations are related to their origin within the urbanization process, with the aim of analyzing the emergence of this occupied place in the city, whose urban was denied, but which urbanized according to the unfolding of time and space and which today includes a large part of São Paulo's working population. In order to do this, we searched to carry out a historical analysis, collect current data and understand the rhythms and daily life through the combination of theoretical foundations and fieldwork.

Keywords: Urban peripheries; Urbanization; Rhythmanalysis; City.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	7
1. As periferias no contexto histórico da cidade de São Paulo.....	10
1.1 Do crescimento populacional à demanda por habitação.....	10
1.2 A moradia pelos próprios trabalhadores: a autoconstrução como símbolo das periferias..	13
1.3 A necessidade da moradia própria.....	15
1.4 O Jardim Ângela dentro do contexto da ocupação das periferias.....	16
2. O Jardim Ângela em dados: indicadores socioeconômicos e o “Direito à Cidade”.....	19
2.1 O distrito do Jardim Ângela e os dados sobre desigualdade em relação à cidade de São Paulo.....	25
3. Ritmos e Cotidiano: uma análise da vida cotidiana a partir do recorte de campo.....	32
3.1. Descrevendo o campo: o terminal, o hospital e o ponto comercial.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
BIBLIOGRAFIA.....	43

INTRODUÇÃO

Quando se fala em urbanização, geralmente, imagina-se uma sequência de prédios arranha-céus, solos pavimentados como nas adjacências das avenidas, shoppings centers, centros comerciais, entre outras coisas. Já ao imaginar a cidade de São Paulo, por exemplo, a construção imagética é a da região central ou, então, das margens do Rio Pinheiros, conhecida como “Marginal Pinheiros” ou, menos popularmente, “Via Professor Simão Faiguenboim”, que reproduz boa parte do que foi descrito, incluindo uma linha de trem.

Evidentemente, não é possível contrariar essa construção pois, de fato, trata-se de uma paisagem urbana largamente conhecida da população paulistana. Entretanto, este trabalho pretende trazer uma outra configuração territorial, muitas vezes associada a subnormalidade e precariedade, cuja urbanidade foi negada durante muito tempo, mas que é tão urbana quanto um centro histórico ou comercial. Nesta configuração, concentra-se a maior parte da população trabalhadora da cidade. Chamam-se “Periferias”.

Estas estão classificadas no plural devido sua diversidade de configurações, entretanto, mesmo que tenham surgido em diferentes épocas, as periferias urbanas têm pontos semelhantes como a localização em loteamentos em área distante do centro e a autoconstrução, quando aquele que necessita da moradia constrói a própria casa sozinho ou com apoio de amigos e familiares nos mutirões (Bonduki, 2011).

Entretanto, faz-se pensar: como e quando elas surgiram na capital paulista? Qual é a sua configuração atual?

Sendo assim, o objetivo do trabalho é analisar o surgimento deste lugar ocupado na cidade, cujo urbano – a princípio – fora negado, mas que urbanizou-se conforme os desdobramentos do tempo e espaço e que, hoje, abarca grande parte da população trabalhadora paulistana.

Para problematizar essa questão, recorre-se aos trabalhos que exploram a temática da urbanização e da construção das periferias. Segundo Torres e Ernica (2016), no artigo publicado pelo Jornal Nexo:

A periferia continua sendo um local muito bem definido simbolicamente. Os extremos da cidade (Sul-2, Leste-3 e Norte-2) são as regiões mais lembradas pelo paulistano como periféricas, opinião partilhada por mais de 80% dos moradores dessas regiões. As regiões intermediárias (Norte-1 e Leste-2), ainda que menos citadas espontaneamente como sendo periféricas, são descritas como tal por mais de 50% de seus moradores (Nexo Jornal, 2016).¹

¹ Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2016/08/27/por-que-falar-de-periferias>. Acesso em JAN, 2025

Deste modo, para a construção desta monografia, recorreu-se à alguns procedimentos metodológicos, como a revisão de literatura de autores e arquivos relacionados ao urbano, tanto com dados qualitativos, quanto quantitativo, a elaboração de mapas e quadros e, por fim, o trabalho de campo.

Em relação a forma em que a problemática deste trabalho foi concebida, deve-se esclarecer que o processo de surgimento das periferias não pode ser classificado como “à parte” da urbanização brasileira, sobretudo no que diz respeito à São Paulo, mas sim como fenômeno essencial dentro deste processo. Esta forma de organização corresponde ao que Henri Lefebvre (1986) chama de “Histórico-genética”, em que buscamos compreender a realidade presente, mas recorremos ao resgate histórico de processos anteriores.

Posto isto, consideramos, então, a complexidade horizontal do fenômeno – em que se tem em vista os acontecimentos mais recentes – como, por exemplo, os dados populacionais ou uso de algumas infraestruturas importantes no distrito estudado e, de forma simultânea, a complexidade vertical do fenômeno – na qual recorremos à fenômenos ulteriores ao que foi estudado para compreendê-lo. Em relação ao último caso, neste trabalho, por exemplo, aborda-se as periferias no processo de urbanização de São Paulo.

No primeiro capítulo, busca-se compreender sua conceituação e: como se deu esse processo específico de urbanização em São Paulo? Quais são suas características? Para isso, necessitou-se de um recorte, em que o escolhido foi o Jardim Ângela, na Zona Sul da cidade.

D’Andrea (2016, pg. 37), traz em sua tese a formação territorial paulistana que definia como cidade o centro e seus arredores até a década de 1950. Para além desse círculo, parte desse entorno encontrava-se, segundo ele, em situação de semi-ruralidade e aqui, chamamos de subúrbios, estes, por sua vez, passaram a ser densamente ocupados e “Nesse processo de imprecisa marcação temporal, se fazia importante, enquanto processo social, aquilo que viria aos poucos ser denominado como periferia”. Essas infraestruturas, por sua vez, de acordo com Bonduki (2011), foram implementadas inicialmente em desacordo com a legislação urbanística e negligenciada pelo Estado como aquele que deveria ser o provedor de moradia, porém, essa urbanização ocorreu pela mobilização dos moradores.

No Segundo capítulo “O Jardim Ângela em dados: indicadores socioeconômicos e o ‘Direito à Cidade’”, busca-se entender e apresentar as características desse recorte. Quais são seus indicadores? Qual sua posição em relação a outros distritos da cidade? Qual é a relação desse conjunto de dados com a problemática do Direito à Cidade de Henri Lefebvre.

Por fim, o terceiro capítulo intitulado de “Ritmos e Cotidiano: uma análise da vida cotidiana a partir do recorte de campo”, problematiza as infraestruturas consolidadas, em

consolidação ou em projeção no cotidiano dos moradores do Jardim Ângela. Como a (in)disponibilidade e/ou (in)acessibilidade e qualidade de infra estruturas descritas e visitadas em campo está relacionada com a discussão de Ritmanálise de Lefebvre (2021) Como é analisado o desenvolvimento comercial nessa região periférica? Deste modo, veremos como esses fatores influenciam nas atividades e necessidades das periferias.

1. As periferias no contexto histórico da cidade de São Paulo

1.1 Do crescimento populacional à demanda por habitação

Em dias exaustivos, um dos anseios de uma pessoa, seja qual for a sua idade, surge a necessidade de um refúgio que, provavelmente, seja seu lar. É neste lugar em que deve-se organizar diversos aspectos da vida humana e um dos principais é o biológico: em casa pode-se alimentar-se, higienizar-se, proteger-se e descansar, abstraindo todas implicações que desestabilizam essa observação.

Entretanto, enquanto uma parcela da população tem essa dignidade garantida, outra ainda não, mesmo que seja um direito constitucional. É o que garante o Artigo de nº 6 da Constituição de 1988, editado pela “Emenda Constitucional nº 90, de 2015”, que diz:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o **trabalho**, a **moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a **assistência aos desamparados**, na forma desta Constituição (Grifo nosso).

Os itens destacados estão relacionados às observações e reflexões apresentadas neste trabalho, entretanto, para compreender a questão das periferias, nosso tema central, buscou-se fazer uma contextualização local a partir do item “moradia”, dentro desses outros que são intrínsecos, mas que mobilizou a esse fenômeno espacial que conhecemos hoje.

Para que se compreenda a questão da moradia no contexto urbano, é necessário compreender que ela está sujeita a todas as complexidades da configuração socioeconômica e política que vivemos: o Modo de Produção Capitalista. Segundo Damiani (1994, pg. 95):

O Capitalismo, enquanto produção estrita de coisas, embora não se resuma a ela, tende a transformar e sujeitar a natureza inteira, os diferentes lugares, e mais elementos e momentos da vida social à lógica da mercadoria, da troca. Todo conjunto, a globalidade social se alteram com essa incorporação.

Esse mecanismo de redução da vida, elementos e objetos à lógica de mercadoria e da troca, acaba por marginalizar os tempos e os espaços (Damiani, 1994).

A partir disso, para compreender esses aspectos citados anteriormente da necessidade da moradia até o surgimento das periferias na cidade de São Paulo, buscou-se contextualizar brevemente o surgimento da vida urbana na cidade.

São Paulo, um dos símbolos de movimentação econômica, populacional e de vida urbana da América Latina nem sempre teve essa configuração conhecida nos dias atuais.

Antes disso, a cidade tinha, não à toa, uma toponímia atribuída à agricultura devido à presença de chácaras e plantações que hoje deram origem a bairros e ruas como, por exemplo, “Chácara Santo Antônio” e “Limão” (Oliveira, 2004). Durante o período da República Velha (1889 -1930) a cidade passou a se transformar devido ao capital acumulado através da cafeicultura e que permitiu a alocação de indústrias. Essa economia cafeeira foi responsável por um grande fluxo imigratório, onde houve a supervalorização de terrenos devido à expansão urbana (Sandler,2007; Bonduki, 2011).

Com a demanda de trabalhadores vindos de outras regiões do país e do mundo e com o processo acelerado de expansão urbana, a iniciativa privada passa a se beneficiar, tornando-se locatária, sendo o aluguel o acesso mais fácil às moradias. De acordo com Bonduki (2011), com o desenvolvimento da economia urbana movimentada pela expansão das atividades agro-exportadoras e, além disso, mais de 90% da população era inquilina, “incluindo quase a totalidade dos trabalhadores e da classe média [...], inexistindo qualquer mecanismo de financiamento para aquisição da casa própria” (pg.713).

Todavia, a população continuava a crescer, ocasionando em um déficit habitacional. A população trabalhadora residia em edifícios variados, sejam casas, pensões e cortiços. Entretanto, este último foi a solução para o déficit do momento, pois era o mais acessível para os novos moradores, entretanto, os cortiços configuraram-se com estruturas pequenas e insalubres, com privação de saneamento e, muitas vezes, com diversas famílias utilizando do mesmo banheiro, etc (Bonduki, 2011).

Contudo, a crise habitacional começou a se intensificar. Com a maior parte da população vivendo sob contratos de aluguel, boa parte da renda era destinada ao pagamento da moradia. Além disso, os acordos não envolviam a esfera estatal, restringindo-se apenas a locador-locatário, abrindo brechas para o abuso por parte do primeiro, porém, esse não pode ser considerado um ponto único, conforme tentava propagar o governo: o aumento do preço dos produtos para consumo popular foi crucial para a diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores (Bonduki, 2011; Holston 2008).

Surge então a Lei do Inquilinato de 1942, intermediada pelo poder executivo, que congelou o aumento dos aluguéis a fim de conter a crise. Porém, esse fato acabou expondo uma contradição: aqueles que já tinham onde morar, ficaram assegurados com essa nova lei, mas para aqueles que procuravam uma moradia, encontravam preços maiores, já que os proprietários buscaram contrapesar a perda com valores mais altos para novos inquilinos. Entretanto, em seu momento mais agudo, entre 1945 e 1948, ocorreram inúmeros despejos, deixando uma grande quantidade de pessoas desassistidas (Bonduki, 2011; Holston, 2008).

Até então, a esfera privada dominava as questões relacionadas à habitação na cidade, já o poder público, por outro lado, se ausentava nesse aspecto, uma vez que isso agravaria a crise de moradia com a desestimulação da produção privada, caso participassem. Entretanto, com a multiplicação de moradias precárias, muda-se a perspectiva (Bonduki, 2011). A partir disso, o poder público passa a se preocupar, mas não numa perspectiva social, com esses modelos de habitação, sob um olhar higienista.

Esse modo de reconstrução de uma cidade não era uma iniciativa nova, a ideia de “Administração Científica” já havia ocorrido em cidades europeias, sobretudo em Paris, nas décadas de 1850 e 1860 por Georges-Eugène Haussmann. “Para promover seu conceito de administração social científica, fundaram institutos e forças-tarefas, patrocinaram pesquisas, publicações e conferências, e formularam iniciativas legislativas e políticas públicas (Holston, 2008, pg. 212)”. Uma dessas instituições foi o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), liderada pelo empreendedor Roberto Simonsen. A ideia, sobretudo, era “expandir a produção industrial criando um mercado de consumo de massa, disciplinar as “classes perigosas” para produzir trabalhadores mais qualificados e “ajustados” (Holston, 2008, pg. 212). Com isso, a solução, para o poder público, seria a construção de casas unifamiliares e separadas.

Essa casa – rotulada como “higiénica, educativa, econômica, popular, baseada no consumo, ocupada pelo proprietário, com uma só família e separada” – disciplinaria os corpos, moldaria o caráter, domesticaria os trabalhadores e apoiaria uma força de trabalho confiável. **Se os cortiços no centro produziam marginalidade social, a casa própria das periferias produziria a normalidade social** [Holston, 2008; pg.213 (grifo nosso)].

Alguns projetos de seguridade social atrelados à habitação foram criados, como o Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e a Fundação Casa Popular (FCP). Entretanto, ambos tinham objetivos diferentes, enquanto o último (que, inclusive, não se materializou na capital paulista) o objetivo era a construção de casas para pessoas de baixa renda, o primeiro tinha como objetivo garantir a previdência social de seus associados.

Apesar de marcarem o momento em que o Estado passa a ser crucial como ferramenta de acesso de moradia, imagem esta, como já foi dito, que não havia antes, estes projetos foram insuficientes para a demanda da cidade devido a queda da destinação de recursos e, além da diferenciação entre as pessoas das classes mais baixas, contribui para a expulsão dos trabalhadores da área central da cidade e a responsabilidade de produção de habitações passa do Estado para os trabalhadores (Bonduki, 2011, pg. 728). É neste contexto que surgem as periferias.

1.2 A moradia pelos próprios trabalhadores: a autoconstrução como símbolo das periferias

Para James Holston, em “Cidadania Insurgente”, “As periferias urbanas se desenvolveram no Brasil como o lugar dos trabalhadores pobres e o lugar para os trabalhadores pobres” (2008, pg. 197) e, diferente do processo territorial ocorrido nos Estados Unidos da América, em que os ricos migraram para o subúrbio e os pobres no centro “a periferização das cidades brasileiras pôs os pobres na periferia e deixou os ricos no centro” (2008, pg. 207). No capítulo “Segregando a cidade”, o autor trabalha o processo de expulsão dos trabalhadores do centro para as áreas mais distantes da cidade.

Desprezando pontualmente uma certa ordem cronológica, um acontecimento importante que pré-existiu o surgimento desses territórios periféricos, deve-se falar do Plano de Avenidas, que guiou a expansão da cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930 e que se tornou política municipal depois da eleição de Francisco Prestes Maia em 1938. Em suma, a ideia era difundir uma série de avenidas para as regiões mais distantes da cidade (a fim de diminuir a concentração na região central) e além disso, priorizou-se o sistema de ônibus privado em detrimento do sistema de transporte público ferroviário, os bondes (Holston, 2008, pg. 215).

Essas companhias rodoviárias particulares, de forma ilegal, abriram novas estradas de terra, permitindo a construção de habitação em regiões mais distantes e, dessa forma, seriam acionadas para se responsabilizarem pelo transporte, se beneficiando, em combinação com investidores do mercado imobiliário. Um grupo específico também faz parte deste momento de desenvolvimento das periferias: os grileiros. (Holston, 2008).

Dentro desta problemática, entre a década de 1950 e 1980 (principalmente entre as de 1960 e 1980), aumenta-se a chegada de imigrantes, sobretudo da região Nordeste na cidade que, impossibilitados de se estabelecerem no centro devido aos altos preços devido a especulação imobiliária, destinaram-se às regiões mais afastadas, as periferias.

Com a ausência do poder público na edificação de moradias, esses novos trabalhadores passaram a enfrentar um novo momento da urbanização da cidade. O poder público, na verdade, interferiria em um cenário relacionado à moradia neste momento. Se ausentando da construção e disponibilização de infraestruturas inicialmente, buscou a estratégia de utilizar-se do “Decreto-Lei n.º 58 de 1938, que regulamentou a aquisição de terrenos a prestações, dando garantias ao comprador do lote” e essa estratégia foi “um elemento importante na ampliação do padrão periférico como alternativa de habitação popular” (Bonduki, 2011, pg. 730).

Esse padrão periférico tinha um atributo característico: a autoconstrução. Segundo Bonduki (2011):

Na periferia como na favela, a concepção de habitação social também esteve presente. Não como uma ação positiva, mas como uma desculpa, que justificava a aceitação de qualquer tipo de assentamento habitacional, por mais precário e insalubre que fosse, pois era a única maneira de enfrentar o fato a ausência de moradias (pg.730).

A respeito, James Holston (2008) também diz que a escolha foi:

Se mudar para regiões distantes, distantes, desprovidas de transporte confiável, eletricidade, água, hospitais ou qualquer outro serviço. Na verdade, as duas opções se resumiam num súbito declínio de seu padrão de vida. Pelo menos nessas regiões mais afastadas, para onde foi a maioria, eles poderiam construir uma casa para si mesmos num terreno próprio (pg. 219)

Esse novo padrão de autoconstrução, em resumo, se resumia em casas construídas pelos próprios trabalhadores (auto-empresenda) em mutirões de familiares e amigos (assim como ocorrido nas zonas rurais). Geralmente, a família se instalava antes mesmo que a moradia estivesse totalmente finalizada, um processo que – inclusive – pode levar dezenas de anos. Dessa forma, os moradores se sujeitavam a uma série carências de infraestruturas urbanas para buscar uma certa estabilidade: a garantia de um lar próprio, eliminando o aluguel e o risco de serem despejados. Entretanto, muitos não estavam tão seguros, devido às ações criminosas dos grileiros anteriormente citados. Com a venda de lotes usurpados, muitos dos compradores enfrentavam problemas depois. (Bonduki, 2011; Holston, 2008; Damiani, 1994).

“A autoconstrução significa, portanto, o tipo de compromisso e a imaginação quanto ao futuro que a propriedade engendra, em especial a da terra” (Holston, 2008, pg.229).

Neste processo de autoconstrução, predominou-se duas formas de construção: os baseados na **aquisição da terra**, através dos loteamentos e o de **ocupação** (caso seja organizado por um movimento social) ou **apropriação**² com a finalidade de garantir a moradia, como no caso das favelas (Holston, 2008; Observatório de Favelas, 2009).

Deste modo, os residentes das zonas periféricas foram os verdadeiros responsáveis pelo processo de desenvolvimento e urbanização desta grande parcela do território da cidade de São Paulo.

Assim, ocupar as periferias para construir uma casa própria é em si um paradoxo espacial: cada instância de autoconstrução reproduz a periferia, empurrando seu avanço para cada vez mais longe; mas, ao fazer isso, traz o centro e sua promessa de um futuro diferente para muito mais perto do construtor de uma casa individual. Além disso, conforme cada família

² Em seu texto, Holston utiliza o termo “invasão”, todavia, por se tratar de um termo que enxergamos como problemático e de olhar legalista a partir da noção da propriedade privada. Em substituição, optamos pelo termo “apropriação”, utilizado pelo Observatório de Favelas.

autoconstrutora se desenvolve, toda a vizinhança evolui. Desse modo, os bairros mais novos e mais distantes têm as habitações mais precárias, onde moram as famílias mais pobres e mais jovens. Quando aumentam de tamanho, progridem um pouco mais, essas famílias transformam suas casas e urbanizam seus bairros, e essas melhorias por sua vez deslocam as franjas da periferia e seus atributos de pobreza para novas áreas cada vez mais distantes (Holston, 2008, pg. 220).

1.3 A necessidade da moradia própria

Como dito anteriormente, a “casa própria” era um compromisso do futuro para com a população residente nas periferias, pois a posse garantia, minimamente, sua segurança. Conforme novas edificações eram erguidas, aumentava-se a população e a necessidade de serviços.

Abarcando uma temporalidade mais ampla, de fato isso ocorreu, afinal, grande parte da população localiza-se nessas áreas – entretanto, não significa que todas as necessidades locais tenham sido atendidas prontamente, James Holston em seu estudo utilizado neste trabalho base teórica, entrevistou moradores da Zona Leste da cidade, da Vila Lar Nacional e do Jardim das Camélias:

Consolidada no final dos anos 1960, a palavra de ordem do dia para as classes trabalhadoras de São Paulo era ir para as periferias, “morar no mato”. Moradores se lembram desse período como de luta diária, um sacrifício, com boas doses de heroísmo para superar as muitas dificuldades.[...]As casas eram precárias, sempre cheias de pó e restos de construção. O bairro não tinha mercado, padaria nem farmácia; só tinha barzinhos que vendiam um pouco disso e daquilo e também serviam para encontros e festas. Durante muitos anos, não havia esgoto, nem luz elétrica, nem telefones públicos ou serviço de educação, saúde ou segurança [...] (Holston, 2008; pg. 240).

Atualmente, como veremos nos capítulos posteriores, veremos que as periferias vivem outro momento urbano. Todavia, voltando a falar da instalação do trabalhador em um terreno de sua posse, os índices de propriedade domiciliar nos bairros mais pobres de São Paulo são maiores do que nas regiões centrais, chegando a superarem 80% de proporção. Holston faz um adendo importante na forma com que essa propriedade se estabelece, o que indica a simbiose dessa população e na importância da sua inter-relação: “tecnicamente, essas porcentagem se aplicam ao proprietário do domicílio, mas não necessariamente do terreno. Por isso incluem famílias que moram em suas próprias casas em terras ocupadas” (Holston, 2008; pg. 241).

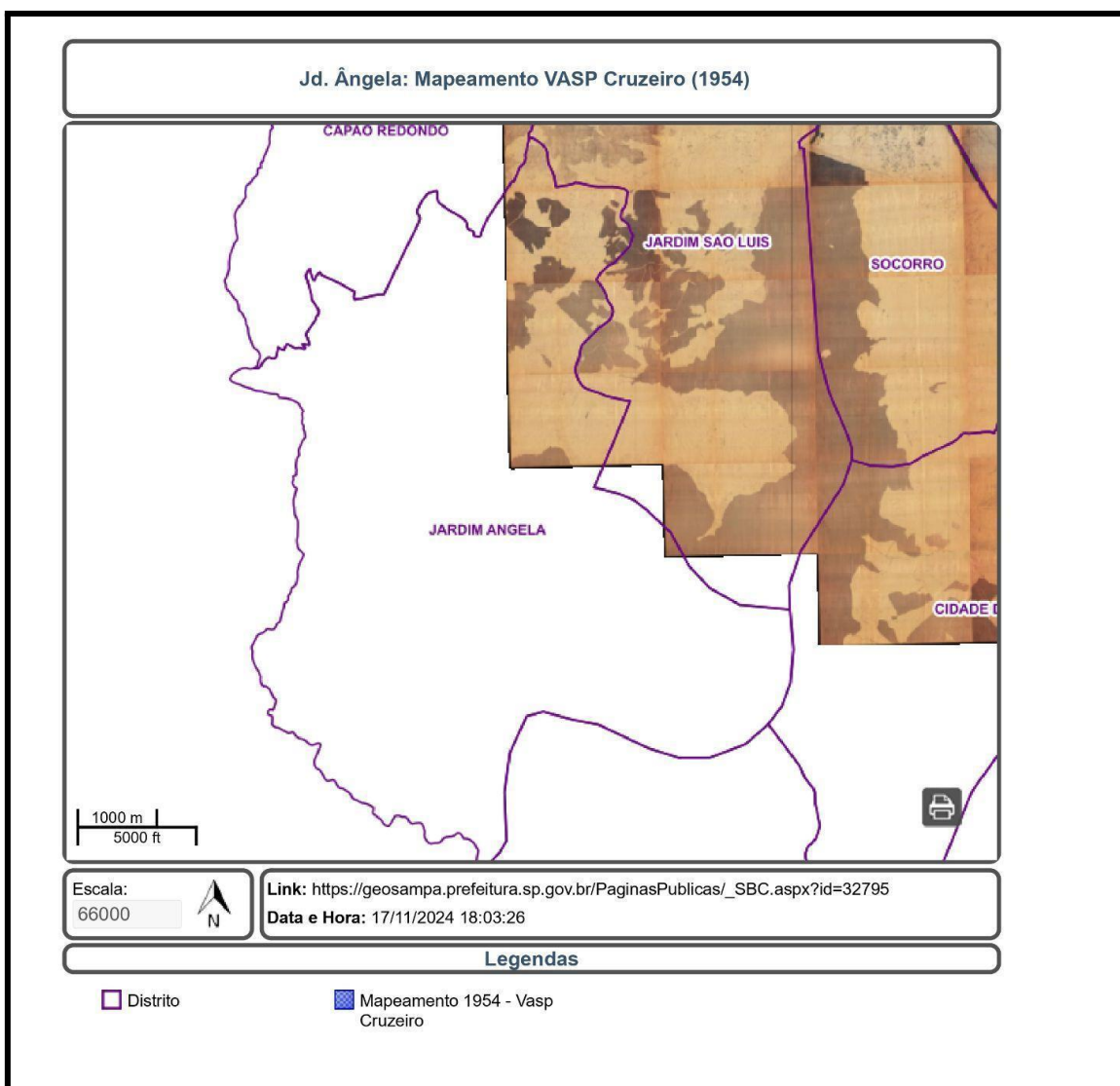
Para que as infraestruturas urbanas chegassem, foram necessárias muitas mobilizações e reivindicações por parte dos moradores, desde os pioneiros, até os atuais, pois

é um processo contínuo de luta por melhorias e estas pessoas podem “afirmar que se tornaram cidadãos urbanos por meio da apropriação do solo da cidade” (Holston, 2008; pg.43).

1.4 O Jardim Ângela dentro do contexto da ocupação das periferias

O Jardim Ângela, localizado na Zona Sul da cidade e dentro da subprefeitura de M’Boi Mirim, é um dos distritos com a maior população da cidade, sendo ele uma das periferias de São Paulo, que passou a ser ocupado com mais intensidade na segunda metade do século XX, às margens da Represa Guarapiranga.

IMAGEM 1



Mapeamento Vasp Cruzeiro de 1954. Percebe-se que a maior parte do distrito não fora mapeada na época.

Imagem: GeoSampa

A partir da interpretação de Oliveira (2004), em seu trabalho sobre a formação da cidade de São Paulo em “São Paulo: dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadorias e de futuro” , presume-se que a área correspondente ao atual distrito do Jardim Ângela, fazia parte do chamado “Sertão de Santo Amaro”, na Zona Sul de São Paulo. Entretanto, podemos dizer que as localidades da região Sul têm sua história e desenvolvimento associados ao crescimento das periferias da cidade, o que é relativamente recente. Dessa forma, seu mapeamento é mais tardio em comparação com o Distrito de Campo Belo ou parte do Jabaquara, que estão registrados no “Sara Brasil” de 1930, como foi identificado no levantamento de mapeamentos disponibilizado na plataforma GeoSampa, da prefeitura da cidade (Imagem 1) .

Para compreender melhor a contextualização do Jardim Ângela dentro da temática das periferias, Mendes (2011), fez um recorte espacial um pouco mais abrangente, correspondente à Subprefeitura de M'Boi Mirim, englobando os distritos do Jardim Ângela e o Jardim São Luís.

Em tempos remotos, o espaço passou por algumas transformações, sendo inicialmente ocupada por grupos indígenas durante o século XVII e, após isso, houve uma tentativa de exploração de minério de ferro que, no entanto, não se desenvolveu:

A experiência com a extração de minério de ferro durou cerca de 20 anos e foi abandonada, pois o material produzido não foi considerado de boa qualidade. Depois disso a área da antiga aldeia de índios [sic] Guaianazes ficou praticamente esquecida durante 200 anos, servindo apenas como ponto de passagem para os viajantes em direção ao Embu e Itapeverica da Serra. (Subprefeitura de M'Boi Mirim, 2008, pg. 3 apud MENDES, 2011, pg. 56).

Após algumas transformações conforme a passagem de anos, o município de Santo Amaro foi se desenvolvendo até ser incorporado à São Paulo. No início do século XX, houve a criação da Represa Guarapiranga, na década de 1940, a canalização e reversão do Rio Tietê para o Rio Pinheiros, terminando somente em 1958. Essas transformações passaram a atrair investimentos destinados a passeios (Almeida, 2011). Quanto a expansão do Jardim Ângela:

Na década de 1960, quando o Jardim Ângela iniciou um forte processo de expansão, ocupando vastas áreas de proteção aos mananciais, alguns políticos viabilizaram ocupações dessas áreas em troca de votos. Todo o processo se acentuou quando a Lei de Proteção dos Mananciais foi criada, com forte desvalorização dos terrenos. Contudo, as ocupações não mais pararam desde então e esta situação atualmente é irreversível (Mendes, 2011; pgs. 68 e 69).

Dessa forma, como já elucidou-se aqui, percebe-se que as periferias foram criando sua própria forma de urbanização e, mesmo que não sejam ideais ou suficientes para atender a demanda populacional, houve a implantação de infraestruturas e comércio. No capítulo seguinte, veremos alguns dados do distrito em comparação com os outros distritos da capital paulista.

2. O Jardim Ângela em dados: indicadores socioeconômicos e o “Direito à Cidade”

Neste capítulo, em que são apresentados dados em que o qualitativo relaciona-se como quantitativo, pode-se refletir, a partir dele, se toda a população se apropria do urbano como um todo, o que, na verdade, não acontece quando analisamos as informações coletadas.

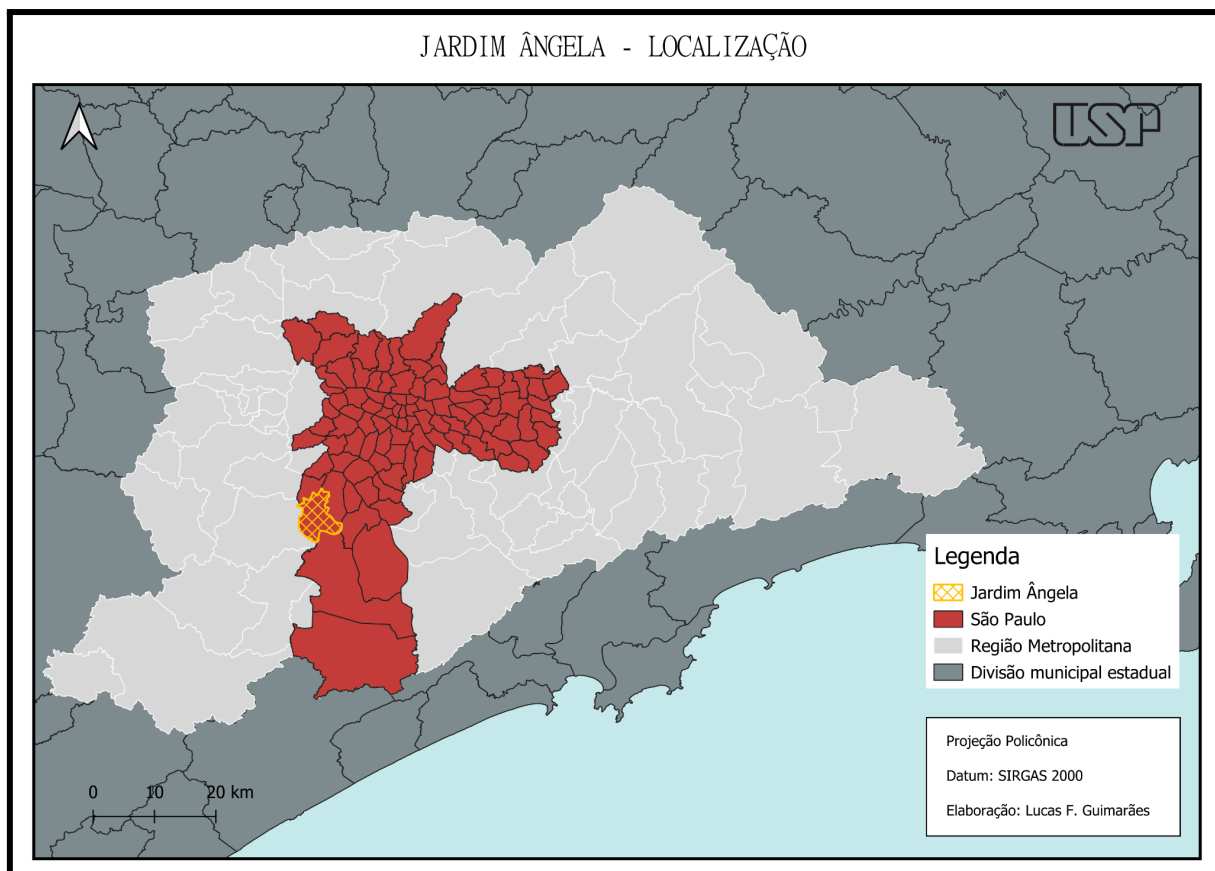
Henri Lefebvre (1968, pgs. 117 e 118), ao dissertar sobre “O Direito à Cidade” diz que este “não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” e que o urbano é “lugar de encontro, prioridade do valor de uso”(Lefebvre, 1968, pg.118)

Entretanto, com os dados desiguais entre os distritos mais ricos e os mais pobres, nota-se que este cidade como lugar de encontro, tem se mostrado como segregadora, desigual e/ou desintegradora, ou seja, nem todos se apropriam da vida urbana da mesma forma, informações relacionadas à mobilidade (Quadro 3) e cultura (Quadro 7) são exemplos disso.

Basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daquele que corre da sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para a fábrica, para retornar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte (Lefebvre, 1968, pg. 118).

Necessita-se que o urbano ofereça as necessidades do grupo que utiliza o metrô superlotado ou que passa horas no trânsito, que disponha de lazer, cultura, comércio, saúde, moradia, entre outros. Apesar das contradições ainda presentes, a mobilização e pressão dos moradores das periferias é, em parte, responsável pela chegada de infra estruturas hoje existentes nestes lugares e que “Apenas a força social capaz de investir em si mesma no urbano, no decorrer de uma longa experiência política, pode se encarregar da realização do programa referente à sociedade urbana (Lefebvre, 1968, pg. 115)”.

MAPA 1

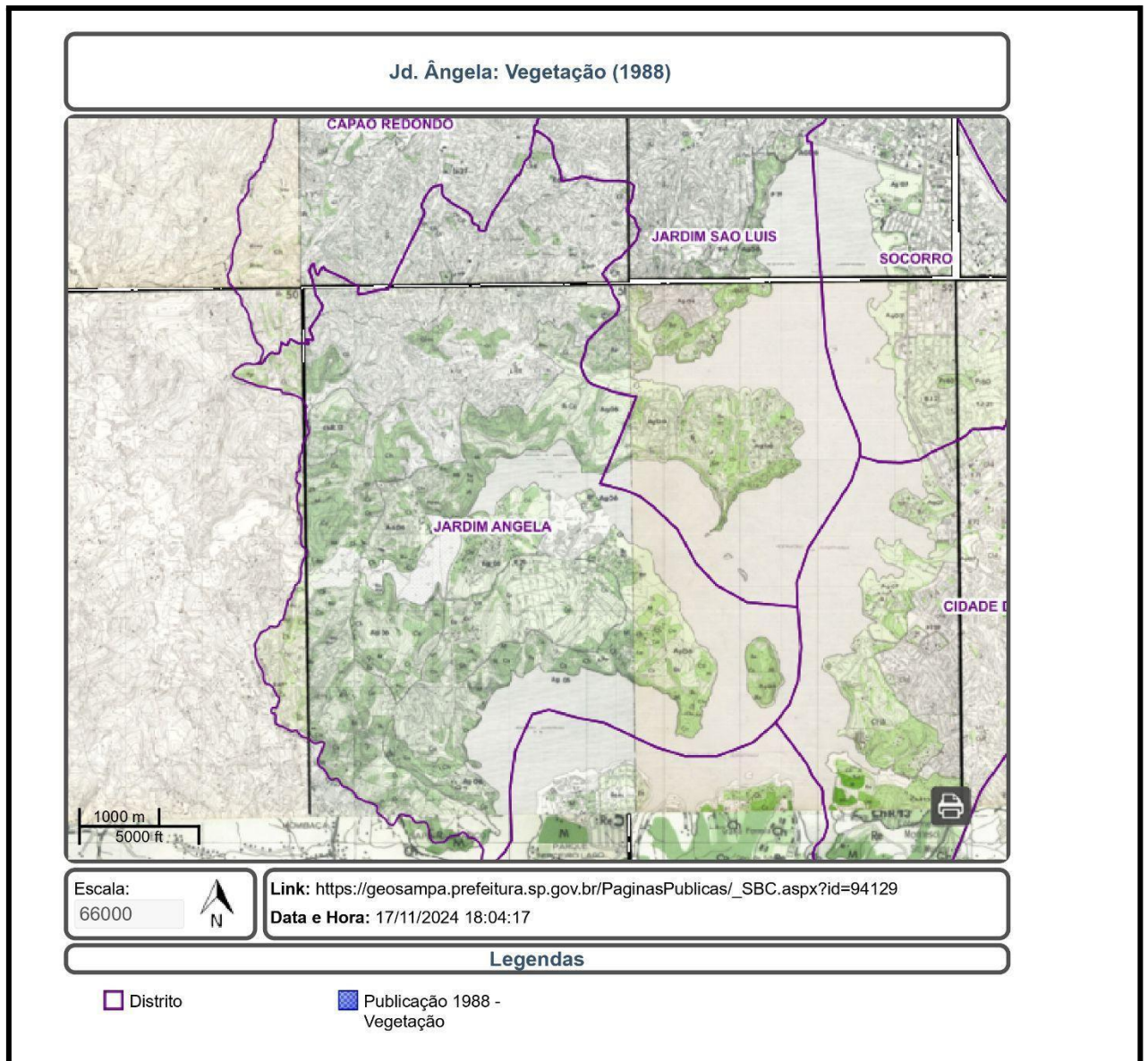


Mapa localizando a área de estudo dentro da Região Metropolitana de São Paulo. Fonte: Elaboração própria.

O distrito do Jardim Ângela foi escolhido por uma série de fatores. Sendo as principais: o fato de se tratar de um distrito periférico da cidade de São Paulo que é distante do centro, além disso, com o recente anúncio do Presidente da República Luis Inácio da Silva (PT) da criação de um Instituto Federal, e a possibilidade de extensão da Linha-7 lilás para a região .

Conforme apresentamos anteriormente, a região praticamente não teve registro na cartografia histórica disponível na plataforma da Prefeitura da Cidade de São Paulo, GeoSampa (Imagem 1). Todavia, com o passar dos anos, o território foi sendo apropriado pela população e urbanizando-se, necessitando de maiores infraestruturas.

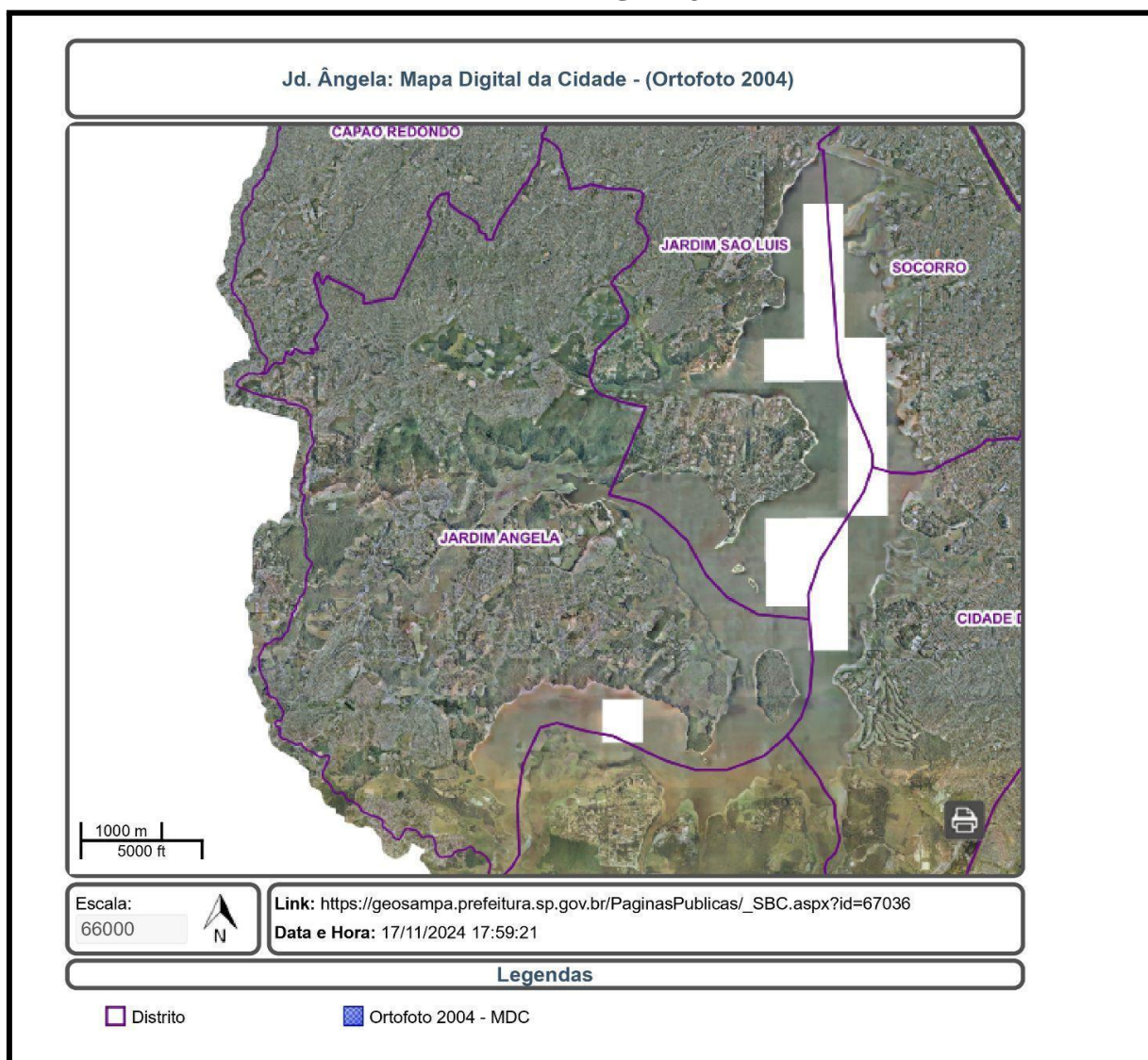
IMAGEM 2



O mapeamento da vegetação da cidade de São Paulo. Imagem: GeoSampa.

A imagem referente ao mapeamento do ano de 1988 (Imagem 2), disponibilizada pela GeoSampa foi o primeiro registro em que o distrito aparece sem lacunas espaciais, visto que no anterior, de 1958, apenas a parte Nordeste tinha registros (Imagem 1). Aqui, se compararmos com as imagens posteriores (Imagens 3, 4 e 5), a presença de feições que indicam a vegetação é maior, dado que o processo de urbanização intensificou-se com o tempo.

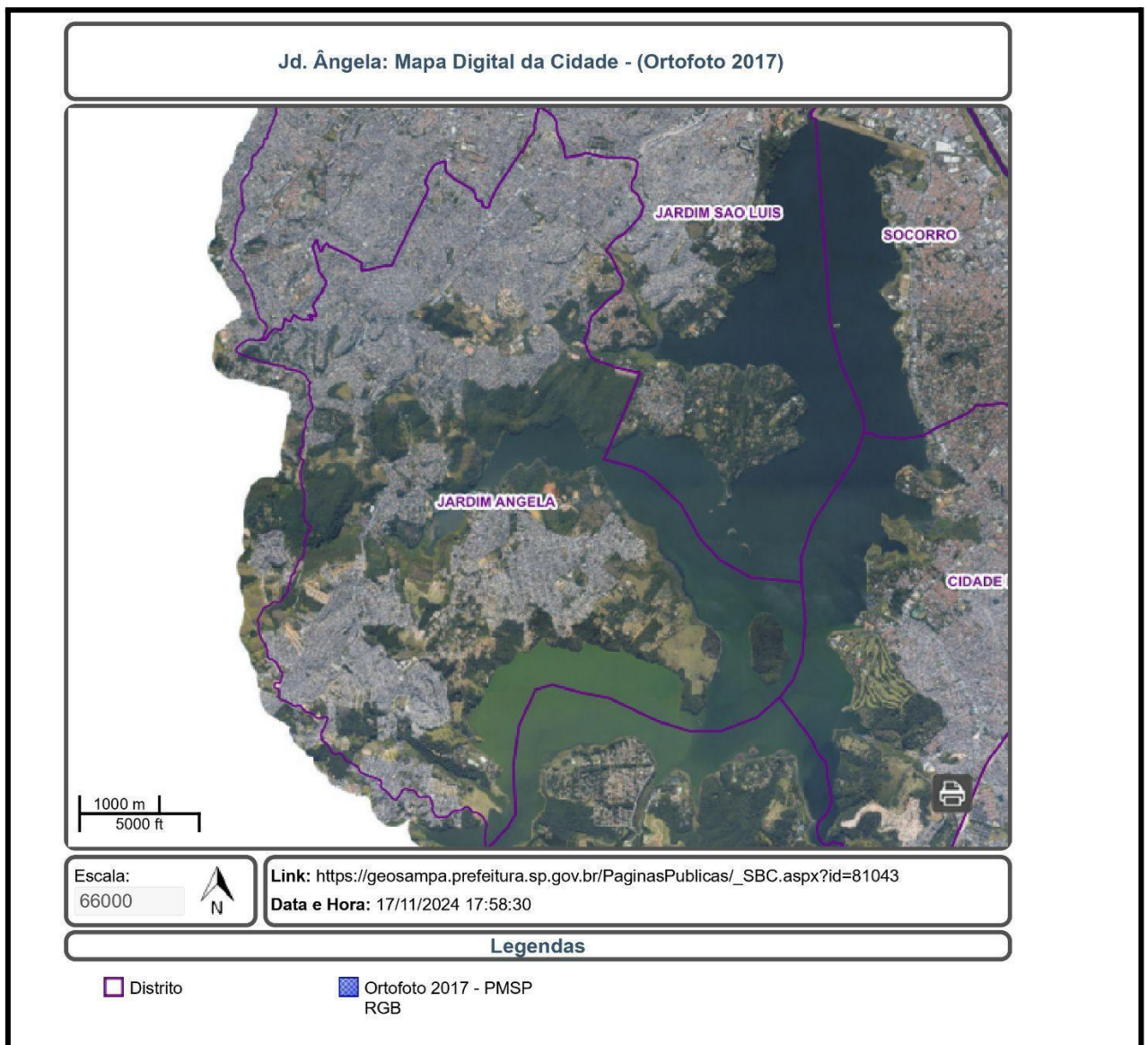
IMAGEM 3



Na Ortofoto registrada em 2004, as ausências de registros basicamente se resumem a área correspondente à Represa do Guarapiranga. Imagem: GeoSampa, 2024.

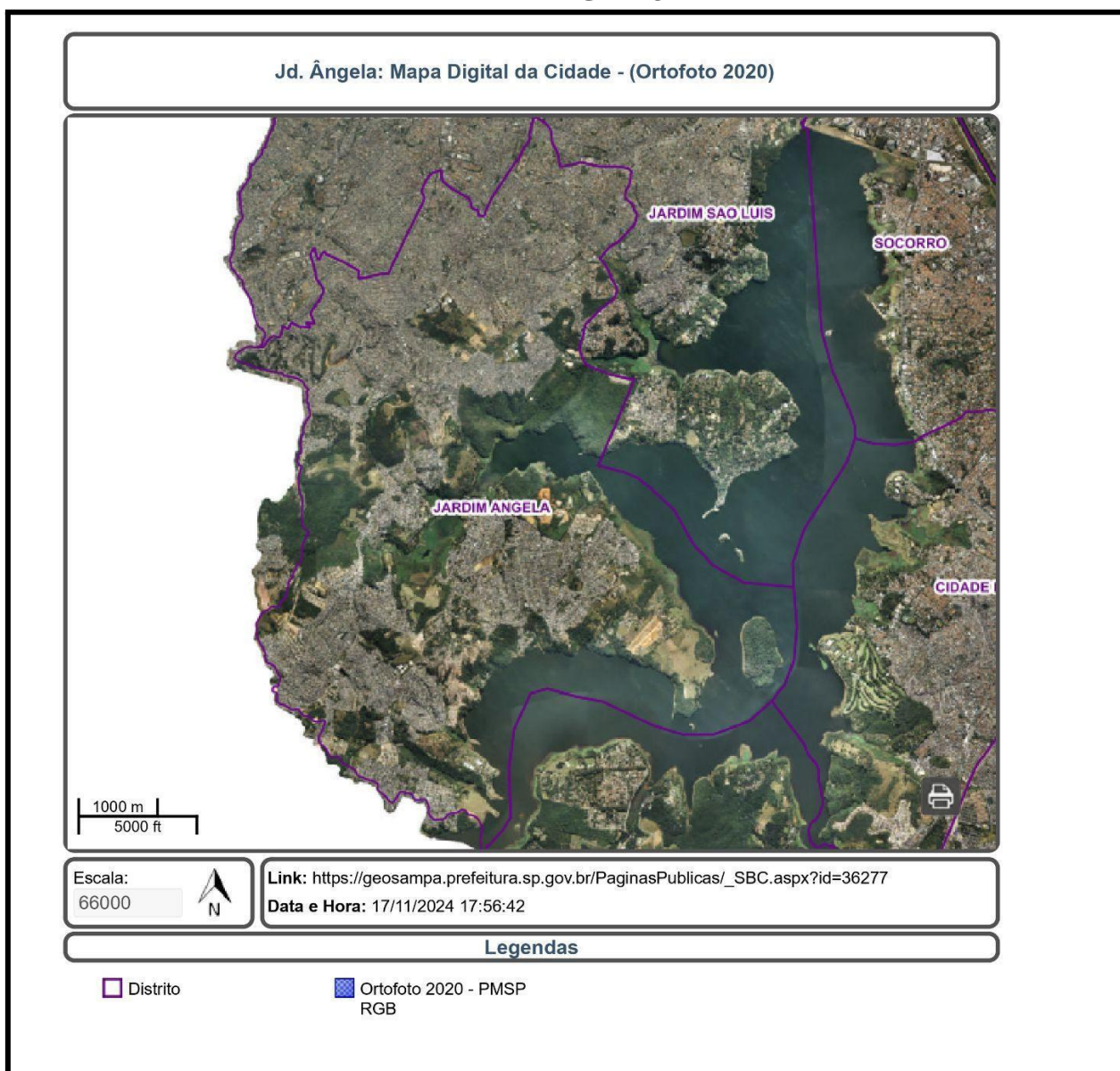
Já no ano de 2004, apesar da qualidade da imagem disponibilizada não ser funcional para uma análise mais minuciosa, percebe-se que dezesseis anos depois, a parte urbanizada do Jardim Ângela é extensa e majoritária.

IMAGEM 4



Na Ortofoto registrada de 2017, é possível ver com maior nitidez a ocupação urbana do Jardim Ângela, percebe-se também (e que já fora aqui mencionado) as margens de um distrito banhado pela Represa de Guarapiranga. Imagem: GeoSampa,2024.

IMAGEM 5



Registro mais atual disponibilizado, no ano de 2020. Imagem: Geo Sampa, 2024.

As Imagens 4 e 5 indicam uma estabilização do processo, em que poucas partes com vegetação estão presentes, inclusive na proximidade da represa.

2.1 O distrito do Jardim Ângela e os dados sobre desigualdade em relação à cidade de São Paulo

Em 2023, a publicação da última versão do “Mapa da Desigualdade”³ organizado pela “Rede Nossa São Paulo” e “Instituto Cidades Sustentáveis”, levantou uma série de dados indicadores dos distritos que constituem a maior cidade da América Latina, ao analisá-los, percebe-se como esses valores se diferem intramunicipalmente.

Distritos que compõem as zonas Oeste e Central, mostraram indicadores mais favoráveis do que as Norte, Leste e Sul, que compõem grande parte da região periférica da cidade, que se encontravam nas piores classificações. **Além disso, o documento ranqueia os distritos de acordo com os indicadores, sendo o Jardim Ângela ocupante da posição 90 de 96.** Vejamos uma sistematização dos estudos nos quadros abaixo⁴, evidenciando os indicadores do distrito de Jardim Ângela e comparando-os com outros distritos em posições relevantes e/ou críticas.

QUADRO 1 - População e Habitação

Indicador	Média de São Paulo	Distrito com maior valor	Distrito com menor valor
População total, por distrito	124.585,6	Grajaú	Marsilac
Proporção (%)da população preta e parda, por distrito	37,1	Jardim Ângela	Moema
População feminina (%)	52,5	Santana	Marsilac
Proporção (%) da população de 0 a 29 anos, por distrito	37,4	Parelheiros	Consolação
Proporção (%) da população de 0 a 6 anos, por distrito	8,7	Parelheiros	Alto de Pinheiros
População total em situação de rua, por distrito	339	Santa Cecília	Iguatemi
Famílias em atendimento habitacional provisório por situação de risco e emergência	37,03	Vários, ex: Itaim Paulista, Iguatemi e Freguesia do Ó	Vários, ex: Vila Guilherme, República e São Domingos
Proporção (%) estimada de domicílios em favelas em relação ao total de domicílios, por distrito	6,96	Vários, ex: Perdizes, Jardim Paulista e Moema	Vila Andrade

Fonte: Mapa da Desigualdade (2023). Organização: Lucas Guimarães.

³Disponível em: <https://institutocidades sustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo/> Acesso em Novembro de 2024. Após a elaboração deste texto, foi publicada a versão posterior.

⁴ No que tange ao termo “Vários” indicado no documento de origem, aqui, optou-se por nomear (em ordem de aparecimento) os três primeiros colocados quando o indicador é positivo (a partir do melhor resultado) e quando negativo, os três últimos colocados (a partir do pior resultado).

QUADRO 2 - População e Habitação: Jardim Ângela

Indicador	Colocação do distrito e valor	Média de São Paulo
População total, por distrito	2 (345.530)	124.585,6
Proporção (%) da população preta e parda, por distrito	1 (60,1)	37,1
População feminina (%)	81 (51,38)	52,5
Proporção (%) da população de 0 a 29 anos, por distrito	4 (47,27)	37,4
Proporção (%) da população de 0 a 6 anos, por distrito	12 (10,83)	8,7
População total em situação de rua, por distrito	11 (25)	339
Famílias em atendimento habitacional provisório por situação de risco e emergência	71 (82,62)	37,03
Proporção (%) estimada de domicílios em favelas em relação ao total de domicílios, por distrito	86 (19)	6,96

Fonte: Mapa da Desigualdade (2023). Organização: Lucas Guimarães.

A partir dos dados apresentados, observou-se que o distrito é o de segunda maior população da cidade, ficando atrás somente do Grajaú, também da Zona Sul, mas sendo o de maior população preta e parda, além de ter uma população de jovens e crianças acima da média da cidade. Destaca-se que o segundo maior em população, possui uma posição considerável no que diz respeito a famílias em habitações provisórias de emergência e é uma das maiores proporções de favela em relação ao distrito, evidenciando como é parte do “morar” de sua população.

QUADRO 3 - Mobilidade

Indicador	Colocação do Jd. Ângela e valor	Média de São Paulo	Distrito com melhor valor	Distrito com pior valor
Mortes no trânsito ⁵	34 (4,7)	6,2	Marsilac	Jaguara
Velocidade média (km/h) dos ônibus, por distrito	78 (17,48)	18,7	Anhanguera	Campo Limpo
Tempo médio (em minutos) de deslocamento por transporte público (pico da manhã), por distrito	90 (61)	42	Pinheiros	Marsilac
Acesso a transporte de massa (%) ⁶	76 (0)	32,69	Vários, ex: República, Sé e Bela Vista	Vários, ex: Marsilac, Parque do Carmo e Limão
Acesso a infraestrutura cicloviária (%) ⁷	90 (0,14)	38,35	República	Vários, Marsilac, Anhanguera e Perus

Fonte: Mapa da Desigualdade (2023). Organização: Lucas Guimarães.

Quando o indicador é a mobilidade dos moradores da região (Quadro 3), o transporte pode ser interpretado como um problema relacionado ao quadro anterior, dado que é um distrito muito populoso, vê-se que a velocidade média dos transportes, e o tempo de deslocamento se torna um complicador, ocupando posições críticas, como a ínfima infraestrutura cicloviária e ausência do transporte de massa.

⁵ Título completo: “Coeficiente de mortes em acidentes de trânsito para cada cem mil habitantes, por distrito” (2023, pg.24)

⁶ Título completo: “Proporção (%) da população que reside em um raio de até 1km de estações de sistemas de transporte público de alta capacidade (trem, metrô e monotrilho, por Zona OD e por distrito” (2023, pg.30)

⁷ Título completo: “Proporção (%) da população que reside em um raio de até 300 metros de distância[sic] de infraestruturas cicloviárias (ciclovias e ciclofaixas), por Zona OD e por distrito” (2023, pg. 32)

QUADRO 4 - Trabalho e Renda

Indicador	Colocação do Jd. Ângela e valor	Média de São Paulo	Distrito com maior valor	Distrito com menor valor
Oferta de emprego formal ⁸	92 (0,51)	7,07	Barra funda	Cidade Tiradentes
Remuneração média mensal (em R\$) do emprego formal, por distrito	82 (2.657,92)	3.722,7	São Domingos	Artur Alvim
Desigualdade salarial (emprego formal) por sexo (salário de mulheres/ salário de homens)	17 (0,98)	0,89	Parelheiros	Ponte Rasa

Fonte: Mapa da Desigualdade (2023). Organização: Lucas Guimarães.

A mesma tendência crítica permanece quando se trata de “Trabalho e Renda” (Quadro 4), com uma baixa oferta de emprego formal, com salários abaixo da média paulistana ocupando a posição de número 82 (de 96 municípios), diferentemente da desigualdade salarial entre gêneros (que, apesar de ser um “bom” indicador, pode ser uma reprodução da baixa remuneração e da pouca oferta de emprego formal).

QUADRO 5 - Saúde

Indicador	Colocação do Jd. Ângela e valor	Média de São Paulo	Distrito com maior valor	Distrito com menor valor
Gravidez na Adolescência ⁹	89 (10,2)	6,41	Alto de Pinheiros	Cidade Tiradentes
Idade média ao morrer (em anos)	90 (62)	71	Vários, ex: Itaim Bibi, Jardim Paulista e Moema	Anhanguera
Tempo médio na consulta na atenção básica (em dias)	6 (6)	19	República	Vários, ex: Campo Grande, Cidade Líder e Santana.

Fonte: Mapa da Desigualdade (2023). Organização: Lucas Guimarães.

⁸ _____: “Taxa de oferta de emprego formal, por dez habitantes para participantes da população em idade ativa (PIA), por distrito” (2023, pg. 38)

⁹ Título completo: “Proporção de nascidos vivos de parturientes com menos de 20 anos em relação ao total de nascidos vivos”

Já nos dados coletados relacionados a Saúde coletiva, apesar de um alto índice de gravidez na adolescência (em comparação com a média da cidade) e uma expectativa de vida muito aquém da registrada nos outros distritos, como no caso dos que possuem melhores índices (Itaim Bibi, Jardim Paulista da Zona Oeste e Moema da Sul), o tempo médio de consulta na atenção básica ocupa uma colocação melhor do que os outros noventa municípios.

QUADRO 6 - Educação

Indicador	Colocação do Jd. Ângela e valor	Média de São Paulo	Distrito com maior valor	Distrito com menor valor
Matrículas no ensino básico em escolas públicas(%) ¹⁰	6 (96,51)	68, 33	Marsilac	Jardim Paulista
Abandono escolar no ensino fundamental na rede municipal (%)	57 (1,3)	1,15	Belém	Vila Andrade

Fonte: Mapa da Desigualdade (2023). Organização: Lucas Guimarães.

Os dados levantados pela organização mostram que quando se trata de matrículas no ensino básico público , ocupa uma das primeiras posições, sendo que este valor está relacionado à porcentagem total de matrículas, isso significa que o ensino da região é dependente e se dá através do serviço público. O Jardim Paulista estar em uma posição desfavorável não significa que há poucos alunos matriculados no ensino básico, mas sim que, devido a melhores indicadores socioeconômicos, as famílias não são dependentes do ensino público como no Jardim Ângela e Marsilac, que ocupa a primeira colocação.

¹⁰ _____: “Proporção (%) de matrículas no Ensino Básico em escolas públicas e conveniadas em relação ao total de matrículas, por distrito”

QUADRO 7 - Cultura e Esporte

Indicador	Colocação do Jd. Ângela e valor	Média de São Paulo	Distrito com maior valor	Distrito com menor valor
Centros culturais, casas e espaços de cultura para cada dez mil habitantes	38 (0,03)	0,06	República	Vários, ex: Marsilac, Barra Funda, Pari (e outros 54)
Equipamentos públicos de cultura (para cada cem mil hab.)	36 (0,58)	1,03	Sé	Vários, ex: Marsilac, Barra Funda, Pari (e outros 51)
Número de salas de cinema (municipais), para dez mil habitantes ¹¹	18 (0,03)	0,01	Butantã	Vários, ex: Marsilac, Barra Funda, Pari (e outros 74)
Espaços culturais independentes (para cem mil hab.)	49 (0)	2,28	República	Vários, ex: Marsilac, Pari, Jabaquara (e outros 45)
Equipamentos públicos de esporte para cada dez mil hab.	61 (0,2)	0,32	Pari	Vários, ex: Marsilac, Sé, Brás (e outros 9)
Proporção de escolas públicas com quadra esportiva (%)	76 (51,52)	66,5	Vários, ex: Saúde, Perdizes, Itaim Bibi (e outros 8)	República

Fonte: Mapa da Desigualdade (2023). Organização: Lucas Guimarães.

A respeito da infraestrutura cultural, em geral, há uma posição mediana dos indicadores, entretanto, ao observar a última coluna, vê-se que a cidade de São Paulo possui um déficit de estabelecimentos e equipamentos culturais como um todo, com cerca da metade ou até mais, na colocação dos piores indicadores. Além disso, mesmo com a ampla dependência do ensino público, apenas metade das escolas possuem quadras poliesportivas.

Para além do aparato cultural, a garantia dos direitos das mulheres, como mostra o Quadro 8, é dificultada pela distância a que as vítimas são submetidas para denunciar seus agressores, o que pode indicar uma dificuldade da execução das leis relacionadas à proteção das mulheres.

¹¹ Neste caso, o Jardim Ângela é o penúltimo distrito com um valor diferente de zero.

QUADRO 8 - Direitos Humanos e Segurança Pública

Indicador	Colocação do Jd. Ângela e valor	Média de São Paulo	Distrito com maior valor	Distrito com menor valor
Deslocamento médio para denúncias de violência contra mulher (Km)	86 (9,8)	5,9	Pari	Tremembé

Fonte: Mapa da Desigualdade (2023). Organização: Lucas Guimarães.

Por fim, ao analisar os dados resgatados e aqui expostos, é possível enxergar que na maioria das vezes, o distrito que possui a segunda maior população da cidade ocupa as colocações com valores preocupantes nos aspectos que garantem o funcionamento básico desta parte da periferia, ou seja, grande parte é atendida por serviços incompletos (isto é, quando presentes) enquanto aqueles que menos dependem (proporcionalmente) destes equipamentos possuem uma melhor distribuição.

3. Ritmos e Cotidiano: uma análise da vida cotidiana a partir do recorte de campo.

Quando Santos (1978) discorre sobre as relações comerciais e de trabalho do modo de produção capitalista, ele traz os conceitos de circuitos **superior** e **inferior**. Dentro das definições elencadas pelo geógrafo, ele compara algumas características. No superior a tecnologia é de **capital-intensivo**; a organização, segundo ele, é **burocrática**; os Capitais (de investimentos) são **importantes**; o emprego, é **reduzido**; a força de trabalho assalariada é **dominante**; os estoques de produtos são mais **abundantes** ou de melhor **qualidade** (não sendo, neste caso, uma regra) e os preços, de forma geral, são **fixos**.

O circuito superior, aqui exposto apenas para fins de compreensão, porque aqui enxergamos como mais relevante aquele que se destaca por fazer parte da economia urbana dos lugares mais pobres, que é o **circuito inferior**. Neste, por sua vez, a tecnologia é de **trabalho-intensivo**; a organização, segundo Santos, é **primitiva**; os Capitais são **reduzidos**; o emprego é **volumoso**; o trabalho assalariado **não é obrigatório**. Quanto aos estoques, **não** são tão **volumosos** ou não têm a mesma **qualidade** que o outro e o preço é passível de **acordos** entre quem vende e quem compra (Santos, 1978).

Ao retomar o momento em que Lefebvre (1968) fala sobre a importância da força social que investe em si, percebe-se que isso pode ser identificado, de certa forma, nos trabalhadores do chamado circuito inferior, pois:

São exatamente homens que formam parte do circuito inferior [...] que escapam a essa alienação que caracteriza o mundo trabalhador das sociedades modernas, pois eles ainda são capazes de se identificar como produto do seu trabalho (Santos, 1978, pg. 69).

Durante o trabalho de campo, em meio à uma paisagem predominantemente autoconstruída, a presença de pequenos comércios variáveis (alimentação, bebidas, serviços) era perceptível. Geralmente, são esses estabelecimentos que os moradores da região recorrem para compras ou necessidades mais básicas, pois estão mais acessíveis que os grandes comércios presentes nas regiões mais centralizadas da cidade. Este é um exemplo de que é possível a criação de um fluxo econômico dentro das periferias, que não se pode limitá-las a um lugar de dificuldades, pois também é onde concentram-se consumidores, contrariando o “preconceito contra a economia urbana pobre, que a ideologia do planejamento reforça ainda mais” (Santos, 1978, pg. 58).

Dessa forma, por fazerem parte de uma realidade socioeconômica e política em comum:

Os dois circuitos formam dois subsistemas dentro do sistema urbano. Ambos são opostos e complementares. [...] A complementaridade é garantida à custa da dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior, sendo ambos subordinados às mesmas leis gerais do desenvolvimento capitalista (Santos, 1978, pgs. 62 e 63).

Os trabalhadores sujeitos à essa realidade, então, movimentam-se para suprir suas necessidades, trabalham para que possam consumir e se manter dentro das leis que passam por esse circuito. Além disso, esse consumo não está relacionado apenas a compra de objetos, mas o consumo para lazer, saúde, etc., que fazem parte do cotidiano deste trabalhador:

Assumindo o cotidiano como tema, que guarda a trivialidade aparente social, é fácil perder-se a ideia de totalidade social, **confundindo-se o cotidiano com o banal** [...] O cotidiano inclui o homem inteiro em seus **diferentes momentos**: o da vida privada, o dos lazeres, o do trabalho; e exatamente quando cada um desses momentos se constitui como tal, sustentado por instituições, organizações, poderes, conhecimentos, é que o tema se torna crucial [...] Quando cada momento se realiza como tal, e vive se repartindo ainda mais, é que o cotidiano aparece como **totalidade**. Um nível da prática social (Damiani, 1994, pg. 96, grifo nosso).

Nesta perspectiva, enxerga-se, então que esses momentos da vida do ser humano acontecem com intensidades, objetivos e ritmos diferentes e não está inscrito somente nas banalidades do dia a dia, pois “o cotidiano não é somente ordem imposta, ele é, no plano subjetivo, uma organização de vida assegurada” (Damiani, 1994, pg. 97).

Essa organização de uma vida assegurada não é estabelecida de uma forma linear, pois como dissemos no parágrafo anterior, existem ritmos diferentes. Para Lefebvre e Regulier (2021):

O cotidiano e, ao mesmo tempo, o lugar, o teatro e a disputa de um conflito entre grandes ritmos indestrutíveis e os processos impostos pela organização socioeconômica da produção, do consumo, da circulação e da habitação [...]. Como todo produto, como o espaço, o tempo se fragmenta e se divide entre o uso e o valor de uso, de um lado, e troca e valor de troca, de outro. Por um lado, é vendido; por outro, é vivido (2021, pg. 156).

Ainda, de acordo com eles, os ritmos se manifestam em duas formas: o ritmo cíclico e o linear. O primeiro, abarca um contexto mais amplo como, por exemplo, os tempos manifestados pela natureza, o segundo, muito mais associado à repetição. Nas palavras dos autores:

Os movimentos e processos cíclicos, ondulações, vibrações, retornos e rotações são inumeráveis, do microscópico ao astronômico, das moléculas às galáxias [...]. Quanto ao linear, ele designa qualquer sequência de fatos idênticos, separados por um intervalo de tempo mais ou menos grande: o pingo da gota d'água, os golpes do martelo, o ruído do motor etc. [...] O linear, este, não se representa senão como monótono, cansativo e até mesmo intolerável (Lefebvre; Reguilier, 2021, pg. 159).

3.1. Descrevendo o campo: o terminal, o hospital e o ponto comercial

A partir disso, durante a execução do trabalho de campo, que se limitou a avenida M'Boi Mirim e arredores (Imagens 6, 7, 8 e 9), o **ritmo linear**, dentre as observações, foi **prioritário** (conforme poderá ser observado na descrição do campo), pois tratava-se de momentos relacionados ao trabalho – como no caso dos motoristas e trabalhadores do terminal, ou então dos enfermeiros e médicos no hospital – do movimento da população (trabalhadores, estudantes e pacientes) na materialização do seu cotidiano. Todavia, não se pode alhear-se dos momentos cíclicos, afinal de contas, nosso tempo é polirrítmico e esses diferentes momentos se relacionam. Dependendo do objeto principal estudado um se sobrepõe ao outro, mas ambos são concomitantes.

IMAGEM 6



Poligonal escolhida para delimitação do campo, inserindo a estrada, o hospital e o terminal. Fonte: GeoSampa

Na Estrada do M'Boi Mirim concentra-se a rede de comércio local. Além de ser a mais importante saída do bairro para outros locais da cidade, é também onde existe a maior concentração de pessoas. O local serve como área de compra e venda dos ambulantes. Também concentra o comércio tradicional, como as lojas de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, calçados, supermercados, lojinhas das mais variadas, bancos, etc. Talvez para inúmeras famílias esta avenida seja o “centro” ou o lugar que o substitui, já que os negócios também são fechados lá (Mendes, 2011, pg. 70).

IMAGEM 7



Registro de parte da Avenida M'Boi Mirim, na altura do número 3630, em frente ao Terminal Jardim Ângela.
Fonte: Arquivo Pessoal.

IMAGEM 8



Traçado poligonal da área visitada em campo, dentro deste espaço destacam-se a estrada e o Hospital M'Boi Mirim, o Terminal Jardim Ângela e uma escola de educação infantil. Fonte: GeoSampa.

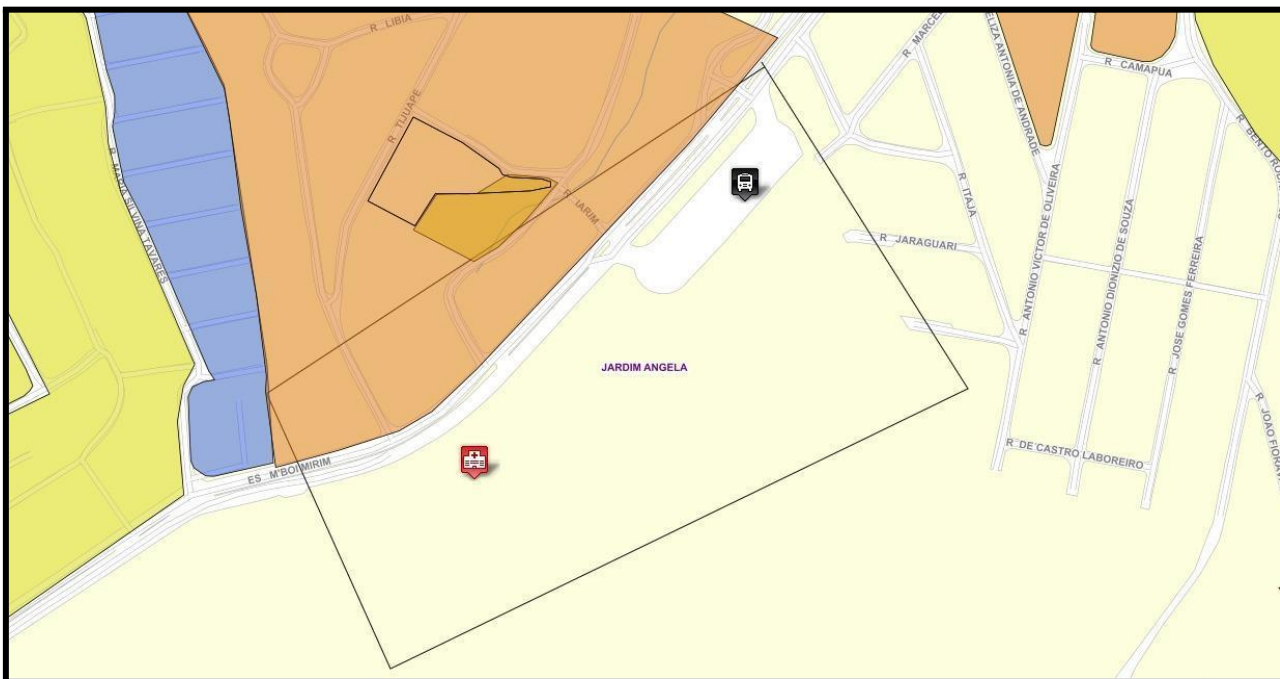
Durante a primeira visita no campo, pôde-se elaborar algumas percepções. Partindo do Terminal Capelinha (Capão Redondo) o percurso não demorou cerca de 20 minutos. Neste momento (por volta do meio-dia) o tráfego de transportes se mostrava intenso, sobretudo o de motocicletas e automóveis.

Erroneamente, o primeiro local de parada estava fora do estabelecido no mapa. Cerca de um ponto depois da unidade hospitalar e dois do Terminal Jd. Ângela um outro terminal complementar a este, semelhante a um extenso ponto de ônibus ou corredor tinha linhas como destino a região central. A distância entre ambos era mínima, já que o último funciona como complemento do outro.¹²

Nesta localidade da Estrada do M'Boi Mirim - de declividade mais acentuada e mais elevada que o hospital - havia alguns comércios de pouca infraestrutura como bares e serralherias. A via era movimentada, entretanto o espaço disponível para o pedestre era mínimo, com fiações e rede de esgoto danificada (calhas), calçamento irregular devido às infiltrações no solo.

¹² https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/sp_obras/noticias/?p=174539

IMAGEM 9



Traçado poligonal da área visitada em campo, dentro deste espaço destacam-se a estrada e o Hospital M'Boi Mirim, o Terminal Jardim Ângela e uma escola de educação infantil. Fonte: GeoSampa.

Na imagem referente ao item “Habitação/Edificação” disponibilizado no Mapa digital da Cidade, há uma diferenciação corocromática quanto ao uso do solo em determinados pontos. A plataforma não define sua classificação quanto a cor predominante do traçado poligonal, próxima ao bege/ rosa claro. Entretanto, as variáveis visuais em ponto nos indicam o Hospital (em vermelho) e o terminal (preto). Retomando a variável cor; a coloração laranja é classificada, segundo a Prefeitura da Cidade como “Loteamento Irregular”; a azul, fora da área do polígono, é classificada como “Núcleo” e ,por fim, a coloração amarela são as “Favelas”;

As **favelas** se caracterizam por assentamentos precários que surgem de ocupações espontâneas feitas de forma desordenada, sem definição prévia de lotes e sem arruamento, em áreas públicas ou particulares de terceiros, com redes de infraestrutura insuficientes, em que as moradias são predominantemente autoconstruídas e com elevado grau de precariedade, por famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade.

Os **núcleos urbanizados** são favelas dotadas de 100% de infraestrutura de água, esgoto, iluminação pública, drenagem e coleta de lixo, viabilizadas através de ações por parte do poder público ou não. Porém, ainda não regularizadas legalmente.

Os **loteamentos irregulares** se caracterizam por assentamentos em que a ocupação se deu a partir da iniciativa de um agente promotor e/ou comercializador, sem a prévia aprovação pelos órgãos públicos responsáveis ou, quando aprovados ou em processo de aprovação, implantados em desacordo com a legislação ou com o projeto aprovado. Do ponto de vista das condições urbanas, os loteamentos irregulares ocupados majoritariamente por população de baixa renda sofrem com algum tipo de

desconformidade, como a largura das ruas, tamanho mínimo dos lotes, largura de calçadas e implantação de infraestrutura urbana, que configuram uma paisagem árida em que predomina o espaço construído, com alta densidade construtiva, carente de arborização e de espaços livres e de uso comum (HABITASAMPA, s/d, grifo nosso)

O que não se sabia era que os dois objetos pensados para o primeiro campo eram adjacentes, imaginava-se que tinham certa distância, o que não se confirmou na realidade. Tanto o terminal, quanto o hospital, foram escolhidos para a visita pois correspondem a um lugar em que a população dos arredores frequenta.

Com o passar do tempo, ainda no início da tarde, o fluxo de automóveis foi diminuindo, e em certo momento, mostrou-se com uma movimentação atípica para uma região tão populosa como o distrito.

Pressupõe-se que essa movimentação, esses ritmos que se manifestam em diferentes tempos e diferentes lugares é semelhante em todo o território urbano, sobretudo o periférico. Ao ver pouca movimentação, a estranheza tomou conta da observação. Entretanto, não se pode deixar de pontuar que existem dias e momentos atípicos.

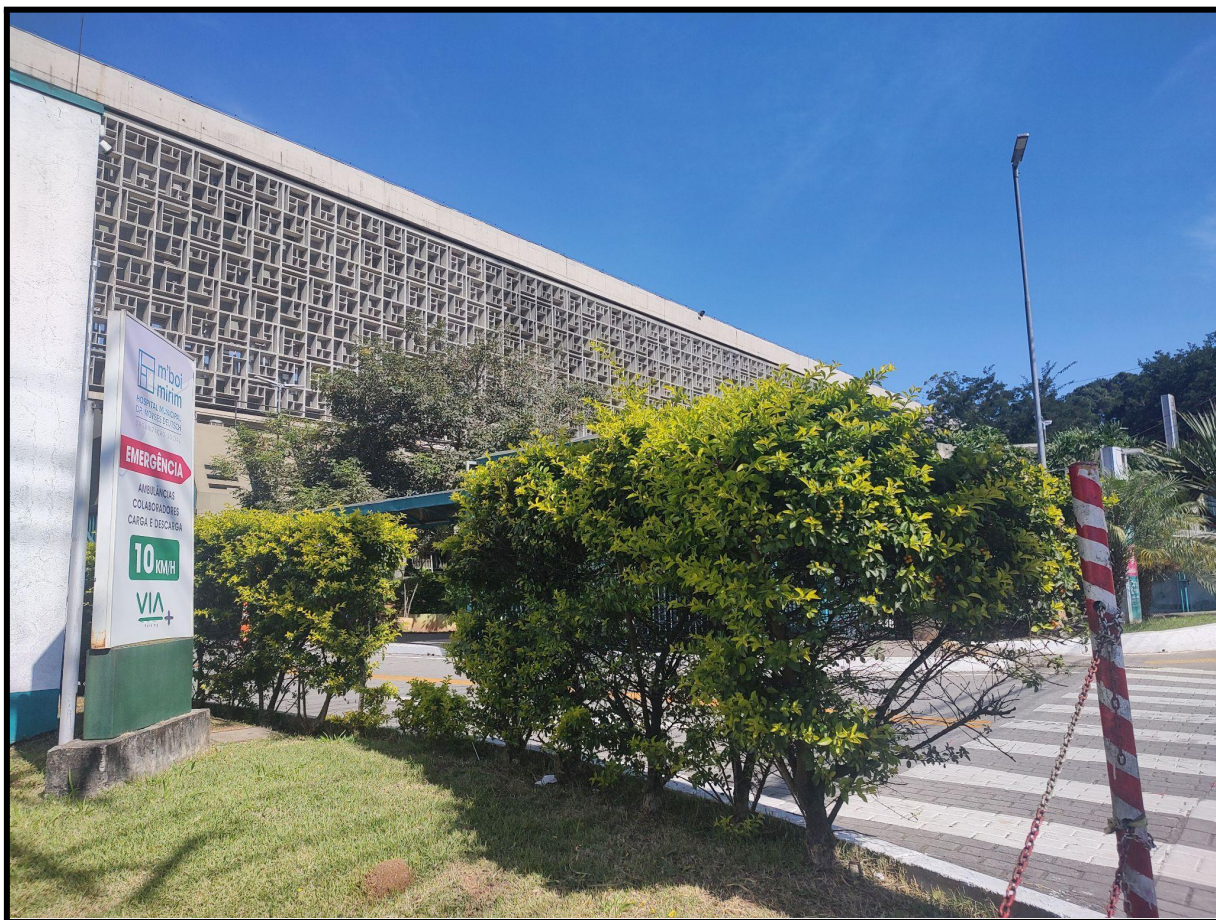
IMAGEM 10



Movimentação razoável no hospital. Fonte: Arquivo Pessoal

Entre idas e vindas e caminhadas pelo recorte escolhido, ora havia mais movimentação, ora menos. No hospital, por exemplo, era comum ver pequenos grupos espaçados conversando. Poucos carros saíam ou entravam. Já na área interna, na recepção principal o movimento era considerável sendo que, em uma parte, não era incomum a presença de assentos vazios (Imagem 10) e do outro lado, havia pacientes e acompanhantes em pé, todavia, o volume de pessoas era razoável.

IMAGEM 11



Fachada do hospital. Fonte: Arquivo pessoal.

Ao voltar ao Terminal Jardim Ângela, algumas fileiras antes totalmente esvaziadas se estenderam consideravelmente, mostrando uma quantidade de pessoas mais relevantes do que o ponto de partida, entretanto, o fluxo, isto é, o “vai e vem” de pessoas não era necessariamente perceptível.

Duas movimentações mais intensas foram vistas nesta parte do campo. A primeira se tratava dos trabalhadores responsáveis pela reforma do local e dos trabalhadores do transporte. Cobradores e motoristas trocavam de turno com os colegas carregando suas mochilas, alguns sentados para mexer no celular, outros conversavam e cumprimentavam os outros colegas que chegavam, bem como os fiscais e “apoios”.

Além dos estabelecimentos comerciais destinados a alimentação alocados no interior do terminal, havia na entrada um comerciante ambulante. Em frente ao hospital, um comerciante da mesma seara se encontrava vendendo batatas e pipoca.

IMAGEM 12



Área interna do terminal. Fonte: Arquivo pessoal.

No retorno, notou-se a presença de um centro comercial em que diversas lojas e estabelecimentos estavam espalhados, bem como havia a presença de diversos ambulantes. As lojas por exemplo, iam de pequenos comércios de diversos itens (como vestuário e tecnologia) à filiais de grandes lojas de varejo como as “Casas Bahia” e “Marabraz”, além disso, havia uma agência do “Banco do Brasil” e a rede de supermercados “Extra”.

Percebeu-se, neste caso, que, mesmo que em horários muito próximos, espaços que pertencem a um mesmo território, o tempo linear se manifestava de forma distinta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As periferias, configuração dos territórios urbanos que fazem parte do desenvolvimento da cidade de São Paulo, originaram-se a partir da necessidade da população pobre trabalhar e sobreviver dentro da maior cidade do país. A questão da moradia das pessoas de classes mais baixas como responsabilidade do Estado é, relativamente, recente, entretanto, as políticas anteriores – que não tinham, necessariamente, objetivos sociais mas sim, eleitoreiros – não alcançaram a população como um todo e em alguns casos causando diferenciação entre as classes sociais. Destacando a autoconstrução, hoje, as periferias abrigam parcela considerável da população da cidade, sendo o Jardim Ângela ocupante do posto de segundo lugar em relação à quantidade de moradores.

Além da diferenciação entre a classe mais pobre, os dados apresentados neste trabalho mostraram que a população se apropria das oportunidades da cidade de forma desigual, sendo os distritos centrais com melhores indicadores.

Entretanto, mesmo historicamente a margem de diversas infraestruturas necessárias para uma circulação mais saudável para os trabalhadores, os sujeitos periféricos movimentam, assim como os não periféricos, a economia com sua força de trabalho, mas também com o consumo e geração de empregos nos comércios do circuito inferior.

Atualmente, apesar de estar sujeita a diversos empecilhos, como tempo no trânsito ou baixo acesso a lazer (em comparação com o todo da cidade), não podemos deixar de considerar as contradições do modo de produção capitalista, pois possuem hospitais, transportes dentre outras infraestruturas. Não se pode enxergá-las através da lente da “subnormalidade”, mas sim, como característica da vida urbana brasileira. Entre as filas de espera para ônibus ou atendimentos, com a busca por melhores condições e garantindo sua reprodução na cidade, a luta das pessoas que moram nas periferias sempre foi assegurar o seu cotidiano.

BIBLIOGRAFIA

- BONDUKI, N. G. A Habitação por conta do trabalhador. In **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 5a Edição. São Paulo: Estação Liberdade/ FAPESP. 2011 p. 281-313
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Emenda à Constituição nº 90**, de 2015. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2015/emendaconstitucional-90-15-setembro-2015-781520-norma-pl.html> Acesso em FEV, 2025.
- D'ANDREA, P. **A formação dos sujeitos periféricos**: cultura e política na periferia de São Paulo. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
doi:10.11606/T.8.2013.tde-18062013-095304. Acesso em: FEV, 2025.
- DAMIANI, A. L. **A cidade (des)ordenada**. Boletim Paulista de Geografia, n. 72, p. 95-109. 1994
- ERNICA, M; TORRES, H. G. Por que falar de periferias? **Jornal Nexo**. São Paulo, 27 Ago 2016. Disponível em:
<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2016/08/27/por-que-falar-de-periferias> Acesso em JAN, 2025.
- HOLSTON, J. Segregando a Cidade. In: HOLSTON, J. **Cidadania Insurgente**: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 197-261.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001[1968].
- LEFEBVRE, H.; REGULIER, C. **Elementos de ritmanálise e outros ensaios sobre temporalidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021
- LEFEBVRE, H. **Perspectivas da sociologia rural**. In: José de Souza Martins (org.). Introdução Crítica à sociologia rural. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
- MENDES, E. **Periferias na cidade de São Paulo**: o caso do Jardim Ângela e do Jardim Riviera. 2011. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em:
<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/12295> Acesso em Fevereiro, 2025
- OLIVEIRA, A. U. de. **São Paulo**: dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadorias e de futuros. In: OLIVEIRA, A. U.; CARLOS, A. F. A. (Org.) Geografias de São Paulo. São Paulo: Contexto, 2004. v.2. p.123-61.
- Rede Nossa São Paulo. **Mapa da Desigualdade 2023**. São Paulo, 2023. Disponível em:
https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/RNSP/Mapa-da-Desigualdade_2023.pdf . Acesso em Fevereiro de 2025.

SANDLER, G. A **Zona Cerealista e o Abastecimento Alimentício da Cidade de São Paulo**. 2007. Trabalho de Graduação Individual - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS, M. **O Circuito Inferior, chamado “Setor Informal”. Por quê?** In: SANTOS, M. Pobreza Urbana. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2009. [1978]. p.57-76.

SÃO PAULO (Cidade). Novo trecho do Corredor de Ônibus M’Boi Mirim facilitará o acesso ao Terminal Jardim Ângela. **Infraestrutura Urbana e Obras**. JUL, 2014. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/obras/w/sp_obras/noticias/174539 Acesso em FEV, 2025

SÃO PAULO (Cidade). **Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB)**. HABITASAMPA. S/d. Disponível em: https://mapa.habitasampa.inf.br/linkdocs/docmapa/20191203_metadados_habitasampa_mapa_externo.pdf Acesso em FEV,2025

SILVA, J. S. (org). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro, 2009. Observatório de Favelas. 104 p. Disponível em: <https://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2010/08/o-que-e-favela-afinal.pdf> Acesso em FEV, 2025